

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253AR-009-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	5
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	14

Relatório da Administração – Exercício 2024.

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração do Banco Finaxis S/A referente ao exercício de 2024, de acordo com o que estabelece o Banco Central do Brasil.

2. RESULTADOS RELEVANTES

No exercício de 2024 as receitas operacionais do Banco Finaxis somaram R\$ 52.222 mil, apresentando um aumento de 5,82% em relação ao mesmo período de 2023, e no prudencial somaram R\$ 73.620 mil, apresentando também um aumento de 4,70%, com relação ao mesmo período do ano anterior.

O Banco Finaxis manteve o total do Patrimônio Líquido custodiado de R\$ 6,0 bilhões ao final de 2023 para R\$ 6,0 bilhões ao final de 2024.

No 2º semestre de 2024 o Banco Finaxis obteve um prejuízo de R\$ 147 mil, representando uma redução de R\$ 823 mil com relação ao mesmo período do ano anterior. Para o exercício de 2024 o lucro foi de R\$ 1.559 mil, o que representa um redução de R\$ 191 mil com relação ao mesmo período 2023.

3. CONTEXTO E PERSPECTIVAS

A inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2024 em 4,83%. A taxa básica de juros (Selic) iniciou um ritmo de crescimento a partir do 2º semestre de 2024, finalizando o ano em 12,25%. Esse aumento foi fortemente influenciado pela tendência de alta da inflação, segundo projeções de mercado, e foi reforçado pelas sinalizações das últimas reuniões do Copom.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2024, divulgado pelo IBGE em março de 2025, foi de 3,4%, valor superior aos 2,9% registrados em 2023.

Segundo o Boletim Focus do Banco Central publicado em 7 de março de 2024, a expectativa para o PIB em 2025 é de 2,01%, e a projeção para a inflação (IPCA) é de 5,58%. Em relação à taxa básica de juros (Selic), a previsão é de que ela atinja 15,00% ao final de 2025.

No âmbito regulatório, em novembro de 2023 entrou em vigor, para novos fundos, a Resolução CVM 175. Essa norma dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços a esses fundos. A partir de 29 de novembro de 2024, a Resolução CVM 175 passou a vigorar também para os fundos existentes antes de novembro de 2023. Diversos desafios de implementação foram superados com sucesso, e a Administração tem grande expectativa de que esse novo marco regulatório trará diversas oportunidades de crescimento para o mercado de capitais.

Em 1º de janeiro de 2025, também entrou em vigor a Resolução CMN 4.966, a qual exigiu do Finaxis a adequação de seu plano de contas à nova regulação. Esse projeto foi desenvolvido ao longo de 2024 e implementado com sucesso, de modo que o Banco Finaxis está agora plenamente adaptado a essa resolução.

Por fim, o Banco Finaxis continua muito atuante no mercado de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), entendendo que é fundamental manter o ritmo acelerado de investimentos em tecnologia e inovação.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Finaxis S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Finaxis S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Finaxis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase referente eventos subsequentes

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 20, que descreve o evento subsequente ocorrido no dia 27 de janeiro de 2025, onde foi identificado um débito indevido no valor de R\$ 17.422 mil em 2 (dois) fundos custodiados pelo Banco Finaxis, causado por transferências irregulares. O Banco Finaxis acionou o seguro imediatamente e fez o devido ressarcimento aos fundos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange os relatórios da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Banco Finaxis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo circulante		<u>38.415</u>	<u>35.376</u>
Disponibilidades	4	6	6
Instrumntos financeiros	5	<u>20.608</u>	<u>18.545</u>
Carteira própria		20.608	18.545
Relações Interfinanceiras	6	<u>12.359</u>	<u>10.338</u>
Créditos vinculados		12.359	10.338
Outros créditos		<u>5.038</u>	<u>6.022</u>
Rendas a receber	7	8.080	8.475
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(4.678)	(4.567)
Créditos Tributários	8	1.114	1.870
Diversos	8	522	244
Outros valores e bens		<u>404</u>	<u>465</u>
Despesas antecipadas		404	465
Ativo realizável a longo prazo		<u>2.643</u>	<u>4.233</u>
Outros créditos	8	<u>2.643</u>	<u>4.233</u>
Créditos Tributários LP		1.001	965
Diversos LP		1.642	3.268
Ativo não circulante		<u>12.051</u>	<u>13.287</u>
Investimentos		<u>10.901</u>	<u>11.699</u>
Participações em coligadas e controladas	9	10.901	11.699
Imobilizado de uso	10	<u>135</u>	<u>260</u>
Outras imobilizações de uso		3.358	3.672
(Depreciações acumuladas)		(3.223)	(3.412)
Intangível	11	<u>1.015</u>	<u>1.328</u>
Ativos intangíveis		3.554	3.598
(Amortizações acumuladas)		(2.539)	(2.270)
Total		<u><u>53.109</u></u>	<u><u>52.896</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivo circulante		<u>27.444</u>	<u>25.998</u>
Depósitos		<u>23.148</u>	<u>20.626</u>
Depósitos à vista	12	23.148	20.626
Outras obrigações		<u>4.296</u>	<u>5.372</u>
Sociais e estatutárias		390	543
Fiscais e previdenciárias	13	775	1.505
Diversas	14	3.131	3.324
Exigível a longo prazo		<u>2.115</u>	<u>3.291</u>
Outras obrigações		<u>2.115</u>	<u>3.291</u>
Diversas LP	14	2.115	3.291
Patrimônio líquido		<u>23.550</u>	<u>23.607</u>
Capital social	15	17.956	17.956
Reserva legal		1.261	1.183
Reservas especiais de lucros		4.238	4.372
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		95	96
Total		<u><u>53.109</u></u>	<u><u>52.896</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	1.763	3.446	3.801
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	691	1.383	1.614
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.072	2.063	2.187
Despesas da intermediação financeira	(12)	(25)	(24)
Operações de captação no mercado	(12)	(25)	(24)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.751	3.421	3.777
Outras receitas/ (despesas) operacionais	(1.746)	(844)	(3.280)
Receitas de prestação de serviços	17 22.585	45.731	42.185
Despesas de pessoal	18 (11.549)	(22.668)	(22.013)
Outras despesas administrativas	19 (9.618)	(19.623)	(20.993)
Despesas de provisões PCLD	(49)	(95)	(39)
Despesas de provisões contingências	(715)	(1.753)	(1.195)
Despesas tributárias	(2.349)	(4.743)	(4.471)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(440)	688	1.876
Outras receitas operacionais	410	1.654	1.489
Outras despesas operacionais	(21)	(35)	(119)
Resultado operacional	5	2.577	497
Resultado não operacional	13	27	14
Resultado antes da tributação sobre o resultado	18	2.604	511
Imposto de renda e contribuição social	20 (165)	(784)	1.505
Imposto de renda e contribuição social - correntes	27	(64)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(192)	(720)	1.505
Participações no lucro - empregados	-	(261)	(266)
Lucro (Prejuízo) do semestre / exercício	(147)	1.559	1.750
Nº de ações	17.955.577	17.955.577	17.955.577
Lucro/ (Prejuízo) líquido por ação (em R\$)	(0,01)	0,09	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício	(147)	1.559	1.750
Parcela do sócio controlador - Lucro recorrente	(146)	1.547	1.737
Parcela do sócio controlador - Lucro não recorrente	-	-	-
Parcela dos não controladores - Lucro recorrente	(1)	12	13
Parcela dos não controladores - Lucro não recorrente	-	-	-
Instrumentos financeiros	95	95	96
(-) Ajustes de instrumentos financeiros	64	64	64
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	31	31	32
Total resultado abrangente	(52)	1.654	1.846
Parcela do sócio controlador	(52)	1.642	1.832
Parcela dos não controladores	(0)	12	14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de valor patrimonial	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.956	96	1.095	4.947	-	24.094
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.750	1.750
<i>Destinação do Lucro:</i>						
Dividendos propostos				-	(437)	(437)
Reserva Legal	-	-	88	-	(88)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	1.225	(1.225)	-
Pagamentos de dividendos				(1.800)		(1.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.956	96	1.183	4.372	-	23.607
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.559	1.559
<i>Destinação do Lucro:</i>						
Dividendos propostos				-	(390)	(390)
Reserva Legal	-	-	78	-	(78)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	1.091	(1.091)	-
Pagamentos de dividendos				(1.225)		(1.225)
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.956	95	1.261	4.238	-	23.550
Mutações do exercício	-	(1)	78	(134)	-	(57)
Saldos em 30 de junho de 2024	17.956	90	1.183	3.147	1.706	24.082
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(147)	(147)
<i>Destinação do Lucro:</i>						
Dividendos propostos			-	-	(390)	(390)
Reserva Legal	-	-	78	-	(78)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	1.091	(1.091)	-
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	5	-	-	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.956	95	1.261	4.238	-	23.550

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro do semestre/exercício	(147)	1.559	1.750
Ajustes ao lucro/ (prejuízo)	1.108	1.809	(733)
Depreciações e amortizações	218	439	671
Equivalência patrimonial	440	(688)	(1.876)
Constituição/ reversão de crédito tributário	190	720	(1.505)
Provisão para devedores duvidosos	604	650	1.245
Provisão para passivos contingentes	(349)	689	1.195
Reversão para passivos contingentes	-	-	(463)
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos disponível para venda	5	(1)	-
Variações em ativos e passivos	(743)	(3.238)	2.152
Aumento/ (redução) em títulos e valores mobiliários	(1.076)	(2.064)	(2.187)
Aumento/ (redução) em relações interfinanceiras	6.358	(2.021)	19.060
Aumento/ (redução) em outros créditos	(583)	1.205	(4.264)
Aumento/ (redução) em outros valores e bens	254	60	77
Aumento/ (redução) em depósitos a vista	(4.925)	2.522	(11.853)
Aumento/ (redução) em outras obrigações	(771)	(2.940)	1.319
Caixa líquido gerado das/ (aplicado nas) atividades operacionais	218	130	3.169
Atividades de investimento			
(Aquisição)/baixas de imobilizado de uso	-	-	(6)
(Aplicações)/baixas no intangível	-	-	(1.511)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(1.517)
Atividades de financiamento			
Provisão pagamento de dividendos	(390)	(390)	(437)
Pagamento de Dividendos	-	(1.225)	(1.800)
Provisão recebimento de Dividendos	172	172	585
Recebimento de dividendos	-	1.313	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(218)	(130)	(1.652)
(Redução)/ aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	6	6	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	6	6	6
(Redução)/ aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Finaxis S.A. (Banco), é uma sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, com sede em Curitiba - PR na Rua Pasteur, 463 - Batel. O Banco é controlado pela Holding Finaxis S.A. (99,25%) e em conjunto com sua subsidiária Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CTVM) formam juntos o conglomerado Financeiro Finaxis. O Banco Finaxis opera como Banco comercial e atua no mercado financeiro principalmente com a prestação de serviços de administração, custódia, controladoria, contabilidade e estruturação de fundos e negociações de operações de créditos. A Finaxis Corretora tem por objeto social, entre outras atividades: comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimentos e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As práticas adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela Banco e pela subsidiária integral foram uniformemente aplicadas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo Bacen. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Bacen:

- a)** CPC 00 (R2) “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2023;
- b)** CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008”;
- c)** CPC 02 (R2) “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis”, regulamentada pelo Bacen através da resolução 4.524/2016;
- d)** CPC 03 (R2) “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- e)** CPC 04 (R1) “Ativo Intangível”, homologado pela Resolução 4.534/2016 do Bacen;
- f)** CPC 05 (R1) “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- g)** CPC 10(R1) “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- h)** CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- i)** CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologado pela Resolução nº 3.973/2011;
- j)** CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- k)** CPC 27 “Ativo imobilizado”, homologado pelo Bacen, através da Resolução no 4.535/2016;
- l)** CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- m)** CPC 41 “Resultado por ação”, homologada pela Resolução CMN nº 3.959/2019;
- n)** CPC 46 “Mensuração ao valor justo”, homologado pela Resolução CMN nº 4748/2019;

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

O BACEN, através da Resolução BCB nº 255 de 1º de novembro de 2022, revogado, a partir de 1º/7/2024, pela Resolução BCB nº 390, de 12/6/2024. que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – Cosif vigente a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 25 de março de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular Bacen nº 3.068/2001, foram classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”, que são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

d) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata dia” incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

e) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

f) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

g) Intangível

O ativo intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que o Banco irá obter benefícios desses softwares em até cinco anos.

h) Redução ao valor recuperável de ativo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

i) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos e análises realizadas pela Administração.

j) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular Bacen nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- **Ativos contingentes**

Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Provisões para riscos**

São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- **Obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata dia” incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

l) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no ano. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro líquido antes do Imposto de Renda, à alíquota de 20% em 2024.

m) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados “pro rata dia”.

n) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

o) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

O Banco elaborou uma política própria de PCLD para tratar da constituição de provisão sobre atrasos nos recebimentos de rendas a receber e despesas a reembolsar por parte dos fundos de investimento administrados. Essa provisão vai de 10% (3 meses de atraso) a 100% (12 meses de atraso).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	Banco	
	2024	2023
Disponibilidades	6	6
Total	6	6

5. Títulos e valores mobiliários

Títulos disponíveis para venda	Banco					
	2024		2023			
	Sem vencimento e até 01 ano	Após 01 Ano	Valor de mercado	Ajustes de MTM	Valor de mercado	Ajustes de MTM
Carteira própria						
Letras financeiras do tesouro (a)	3.037	17.571	20.608	64	18.545	64
Total	3.037	17.571	20.608	64	18.545	64

6. Relações interfinanceiras – créditos vinculados

O Banco Finaxis mantém junto ao BACEN o montante de R\$ 446 (R\$ 405 em 2023), referente ao recolhimento compulsório de microcrédito e R\$ 11.913 (R\$ 9.933 em 2023) referente a aplicação diária em depósitos voluntários. Trata-se de nova modalidade de aplicação diária instituída pelo BACEN, que após análise se tornou mais vantajosa que as operações compromissadas.

7. Outros créditos – rendas a receber

Refere-se basicamente aos valores a receber de estruturação de fundos, serviços de custódia e de administração de fundos, além da prestação de serviços de controladoria e contabilidade para fundos de investimentos administrados no montante líquido de R\$ 3.402 (R\$ 3.908 em 2023). De acordo com a Política de PCLD implementada em dezembro de 2018, o montante provisionado em dezembro de 2024 é de R\$ 4.678 (R\$ 4.567 em 2023).

	2024	2023
Dividendos a receber	172	469
Administração de fundos	411	379
Custódia de valores	4759	4.706
Controladoria e contabilidade de fundos de investimentos	1778	1.866
Outras	960	1.055
PCLD	(4.678)	(4.567)
Total	3.402	3.908

	2024	2023
Atraso de 90 a 179 dias	683	814
Atraso de 180 a 269	363	401
Atraso de 270 a 359 dias	363	378
Atraso acima de 360 dias	3.269	2.974
Total	4.678	4.567

Movimentação da PCLD

	12/2024	12/2023
(=) Saldo inicial	4.567	3.354
(+) Provisões constituídas	82	10
(-) Provisões revertidas	(115)	(469)
(-) Estagnações constituídas	144	1.672
(=) Saldo final	4.678	4.567

8. Outros créditos – diversos

	2024	2023
Outros créditos diversos - circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	60	34
Créditos tributários (Nota 20c)	1.114	1.870
Impostos e contribuições a compensar	450	182
Pagamentos a ressarcir (a)	10	28
Devedores Diversos	2	
Total circulante	1.636	2.114
Outros créditos diversos - longo prazo		
Créditos tributários (Nota 20c)	1.001	965
Depósitos judiciais	1.642	3.268
Total realizável longo prazo	2.643	4.233

- (a)** Refere-se basicamente aos valores de despesas de cartório, taxas e impostos de fundos ativos que o Banco pagou e depois solicitaram reembolsos aos fundos e valores antecipados para a abertura de fundos, deixando disponível em seu portfólio para futuras comercializações;

9. Investimentos

O saldo de investimento do Banco é composto pela participação na Finaxis Corretora (CTVM), conforme quadro a seguir:

	2024	2023
Informações sobre a controlada:		
Número de ações de capital	5.930	5.930
Patrimônio líquido	10.901	11.699
Capital social	5.930	5.930
Reserva legal e de lucro	4.971	5.769
Informações sobre o investimento na controlada		
Número de ações possuídas	5.930	5.930
Percentual de participação (%)	100	100
Movimentação dos investimentos no exercício		
Saldo inicial	11.699	10.292
Resultado de equivalência patrimonial	688	1.876
Recebimento de dividendos	(1.314)	-
Provisão recebimento de dividendos	(172)	(469)
Saldo final	10.901	11.699

Abaixo apresentamos um sumário das informações contábeis da controlada:

Controlada	2024		Patrimônio líquido
	Ativo	Passivo	
Finaxis CTVM	15.605	4.704	10.901

Controlada	2023		Patrimônio líquido
	Ativo	Passivo	
Finaxis CTVM	16.358	4.659	11.699

10. Imobilizado

	2024			2023	
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Móveis e equipamentos	10%	493	(458)	35	49
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.945	(1.849)	96	204
Equipamentos de comunicação	20%	89	(87)	2	4
Equipamentos de segurança	10%	25	(23)	2	3
Benfeitorias em Imóveis terceiros	10%	806	(806)	-	-
Total		3.358	(3.223)	135	260

Movimentação

	2024	2023
(=) Saldo inicial em 31 de dezembro	260	516
(+) Aquisições	-	6
(-) Depreciações	(125)	(262)
(=) Saldo final	135	260

11. Intangível

	2024			2023	
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Valor residual	Valor residual
Software	20%	3.554	(2.539)	1.015	1.328
Total		3.554	(2.539)	1.015	1.328

Movimentação

	2024	2023
(=) Saldo inicial	1.328	226
(+) Aquisições	-	1.511
(-) Amortizações	(313)	(409)
(=) Saldo final	1.015	1.328

12. Depósitos à vista

	Banco	
	2024	2023
Pessoas físicas	1	1
Pessoas jurídicas – ligadas	8.389	9.895
Pessoas jurídicas - não ligadas	6.698	4.975
Pessoas jurídicas - dep. Vinculados	8.060	5.755
Total	23.148	20.626

13. Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	Banco	
	2024	2023
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	42	39
Impostos e contribuições sobre salários	288	322
PIS e Cofins	178	178
ISS a recolher	177	179
Contribuição ao FGC	-	2
Impostos retidos a recolher (a)	68	754
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (Fundo imobiliário)	22	31
Total	775	1.505

(a) Representado por valores a recolher relativos à retenção de clientes que são recolhidos no CNPJ do Banco no papel de administrador.

14. Outras obrigações – diversas

	Banco	
	2024	2023
Outras obrigações diversas - circulante		
Despesas de pessoal a pagar	954	827
Outras despesas administrativas	300	240
Credores diversos - País (a)	1.877	2.257
Total	3.131	3.324
Outras obrigações diversas - longo prazo		
Passivos contingentes (b)	2.115	3.291
Total	2.115	3.291

(a) Representado substancialmente pelo ressarcimento de despesas de infraestrutura para a Holding Finaxis S.A.;

(b) Em 31 de dezembro de 2024, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas prováveis são no valor total de R\$ 2.115, representadas por processos: **a)** trabalhistas que somam R\$ 1.922 (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e **b)** administrativos que somam R\$ 193 (processos que aguardam julgamento e não afetam representativamente o resultado e as operações da Instituição).

A seguir, composição das provisões para contingências por natureza:

	2024	2023
Ações trabalhistas	1.922	2.954
Ações administrativas	193	337
Total	2.115	3.291

A seguir, a movimentação da provisão para contingências:

	2024	2023
(=) Saldo inicial em 31/12/2023	3.291	2.434
(+) Constituições	2.401	1.286
(-) Baixas	(3.577)	(429)
(=) Saldo final	2.115	3.291

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas possíveis são no valor total de R\$ 20 (R\$ 569 em 2023), representadas por processo administrativo que somam R\$ 20 que neste momento não afeta representativamente o resultado e as operações da Instituição.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por 17.955.577 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva de lucros**b.1) Reserva legal**

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Artigo 193. da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

b.2) Reservas especiais de lucros

O estatuto social do Banco prevê que a diretoria poderá destinar parte do lucro líquido à formação de reservas especiais de lucros. Em 31 de dezembro de 2024 foi destinado para reservas especiais de lucros o valor de R\$ 1.091 (1.225 em 2023).

c) Dividendos

O Estatuto Social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202. da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram distribuídos dividendos de R\$ 390 (R\$ 437 em 2023).

16. Partes relacionadas**a) Partes relacionadas**

As partes relacionadas são elencadas conforme relação a seguir:

- Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.;
- Finaxis – Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (no individual) – Controlada;
- Holding Finaxis S.A. – Banco.

b) Saldos e resultados de transações com partes relacionadas**b.1) Remuneração da Administração**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram registrados benefícios de curto prazo a título de remuneração no montante de R\$ 360 (R\$ 375 em 2023) refere-se ao rateio da Holding.

b.2) Demais transações

A Finaxis CTVM S/A., na data de 31 de dezembro de 2024, possuía saldo em conta corrente junto ao Banco de R\$ 7.465 (R\$ 9.749 em 2023).

	2024		2023	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Total	(8.903)	(17.860)	(11.564)	(18.701)
Finaxis CTVM S.A.	(7.465)	-	(9.749)	-
Holding Finaxis S.A. (*)	(1.438)	(17.860)	(1.815)	(18.701)

(*) Representado pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Holding Finaxis S.A. receita de prestação de serviços.

17. Receita da Intermediação Financeira

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Administração de fundos	2.349	4.559	3.830
Custódia de valores	9.392	19.427	17.997
Serviços de lastro	638	1.341	1.459
Serviços de NF-E	96	177	212
Controladoria e contabilidade dos fundos de investimentos	5.035	10.411	9.802
Tarifas bancárias	1.650	3.642	4.234
Cessão digital	65	173	255
Tarifa de exceção	618	1.199	984
Escrituração	2.721	4.744	3.357
Outras	21	58	55
Total	22.585	45.731	42.185

18. Despesas de pessoal

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Remuneração	6.850	13.474	13.382
Encargos	2.334	4.604	4.556
Benefícios	2.342	4.466	4.050
Treinamentos	23	124	25
Total	11.549	22.668	22.013

19. Outras despesas administrativas

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de água, energia e gás	22	49	47
Despesas de aluguéis	426	825	924
Despesas de comunicação	3	7	8
Patrocínio	87	101	15
Despesas de manutenção e conservação de bens	44	65	39
Despesas de material	30	48	77
Despesas de processamento de dados (a)	6.355	12.745	12.424
Despesas de promoções e relações públicas	48	82	27
Despesas de propaganda e publicidade	0	4	86
Despesas de publicações	0	0	40
Despesas de seguros	164	313	556
Despesas de serviços do sistema financeiro	171	284	215
Despesas de serviços de terceiros	81	128	97
Despesas de serviços técnicos especializados (b)	1.669	3.959	5.142
Despesas de transportes	9	15	19
Despesas de viagens	44	68	85
Despesas de depreciação e amortização	218	439	671
Outras despesas administrativas (c)	247	491	521
Total	9.618	19.623	20.993

- (a) Referem-se substancialmente às mensalidades dos módulos e aplicativos (Matera, Maps, Serasa, Sinacor, Unisistemas, entre outras) utilizados tanto no Banco como no Consolidado, para desenvolvimento e controle das atividades das empresas, entre elas administração, custódia e controladoria dos fundos;
- (b) No 2º semestre/2024, as despesas de serviços técnicos especializados referem-se substancialmente a serviços de consultoria no montante de R\$ 1.062 (R\$ 4.061 em 2023), e a utilização de serviços jurídicos, assessoria em recursos humanos e auditoria no montante de R\$ 607 (R\$ 1.081 em 2023);
- (c) Representado substancialmente pela contribuição a associações (ANFAC, ABVCAP e Anbima) e condomínio.

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

As demonstrações do imposto de renda e da contribuição social correntes incidentes sobre as operações são assim apresentadas:

Imposto de renda	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	18	2.604	511
Adições (exclusões)	(85)	(2.347)	(1.129)
Brindes	7	40	7
Exposições a Congressos	5	5	-
Prov. passivo contingentes	715	1.753	1.195
Multas CVM/Anbima/Bovespa	5	5	44
Ressarcimento de infracto rateio	48	58	276
Patrocínio	87	100	15
PDD	49	95	39
Salário maternidade	42	87	69
Outras	-	-	7
Equivalência patrimonial	440	(688)	(1.876)
Reversão PDD	(15)	(200)	(20)
Reversão de passivo contingente	-	(15)	(463)
Parte B	(1.470)	(3.319)	(156)
Outras	-	(261)	(266)
PAT em dobro	2	(7)	-
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	(67)	257	(618)
Prejuízo fiscal compensado até a competência	2.560	2.560	1.939
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	(20)	77	(618)
Saldo de prejuízo fiscal acumulado até 31/12	2.580	2.483	2.557
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal.	(47)	180	(618)
Imposto de renda	(18)	27	-
Imposto de renda 15%	(7)	27	-
Adicional de imposto de renda 10%	(11)	-	-
(-) PAT	-	-	-
Imposto de renda diferido	107	400	(1.505)
Total imposto de renda	89	427	(1.505)

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	
Contribuição social			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	18	2.604	511
Adições (exclusões)	(87)	(2.347)	(1.129)
Brindes	7	40	7
Exposições a Congressos	5	5	-
Prov. passivo contingentes	715	1.753	1.195
Multas CVM/Anbima/Bovespa	5	5	44
Ressarcimento de infracto rateio	48	58	276
Patrocínio	87	100	15
PDD	49	95	39
Salário maternidade	42	87	69
Outras	-	-	7
Equivalência patrimonial	440	(688)	(1.876)
Reversão PDD	(15)	(200)	(20)
Reversão de passivo contingente	-	(15)	(463)
Parte B	(1.470)	(3.319)	(156)
Outras	-	(261)	(266)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	(69)	264	(618)
Prejuízo fiscal compensado até a competência	2.560	2.560	1.939
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	(21)	79	(618)
Saldo de prejuízo fiscal acumulado até 31/12	2.581	2.481	2.557
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal.	(48)	185	(618)
Contribuição social sobre o lucro líquido 20%	(9)	37	-
Contribuição Social diferido	85	320	-
Total contribuição Social	76	357	-

b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Impostos correntes:	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(26)	64	-
Impostos diferidos	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	191	720	(1.505)
Total	165	784	(1.505)

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme Resolução nº 3.059/02 do CMN, as instituições recém-constituídas podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco iniciou suas atividades operacionais em 23 de agosto de 2010. No primeiro semestre de 2011, após consolidação efetiva do início das atividades operacionais, voltadas substancialmente para administração de fundos e clubes de investimento, a Administração concluiu o estudo de realização do crédito tributário.

	Créditos tributários			Saldo atual
	Saldo anterior	Adições	Baixas	
Imposto diferidos	32	407	(407)	32
Adições exclusões temporárias	2.803	644	(1.364)	2.083
Total	2.835	1.051	(1.771)	2.115

Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários:

Ano de realização	Valor
2025	1.082
2026	992
2027	9
Total	2.083

21. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

22. Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco acredita que o gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital são fundamentais para a instituição crescer de forma sustentável e rentável.

Para garantir a adequação e eficácia, a Diretoria de Riscos e Conformidade, que atua de forma independente, é responsável por coordenar as atividades que tangem estas estruturas.

O gerenciamento e o monitoramento dos riscos do Finaxis são realizados por meio de políticas, estratégias, sistemas e controles, alinhados às diretrizes e ao apetite de riscos definidos pela Alta Administração.

As descrições completas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis no Relatório de Pilar 3, localizado no sítio:

<https://finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>

Abaixo segue descrição sucinta do gerenciamento de riscos e capital do Finaxis.

a) Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os riscos a que a instituição esteja sujeita de maneira relevante.

Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste em:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Nos critérios e procedimentos aprovados pela Alta Administração, são determinadas as diretrizes de reserva mínima de liquidez, plano de contingência de liquidez para curto e longo prazo e tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis.

Risco de mercado

Risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

Atualmente o Finaxis atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de serviços para fundos de investimento. Essa estratégia permite a manutenção de níveis baixos de exposição com relação ao risco de mercado.

Os instrumentos detidos pelo Finaxis são, em sua completude, classificados na carteira bancária.

Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pelo tomador ou contraparte de obrigações financeiras nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atualmente, o risco de crédito do Finaxis é considerado imaterial, devido à atividade desenvolvida. O risco de crédito é hoje proveniente de operações que representam baixo risco, sendo elas, basicamente, operações compromissadas e títulos públicos federais.

Risco operacional

Risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

No Finaxis, o risco operacional é o risco de maior potencial de perdas, devido às atividades desenvolvidas nos negócios. A instituição possui políticas e procedimentos para identificação, classificação, avaliação, controle, monitoramento e tratamento dos riscos operacionais.

A Diretoria de Riscos e Conformidade tem a missão de implantar e coordenar a estrutura de avaliação de riscos operacionais, prestando o devido suporte, garantindo um gerenciamento de riscos eficaz, visando reduzir as perdas operacionais e fortalecer o ambiente de controles.

b) Gerenciamento de Capital

Gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

No Finaxis, a estrutura de gerenciamento de capital é abrangida por:

- Políticas e estratégias, claramente documentadas, que estabeleçam procedimentos destinados a manter o PR, o Nível I e o Capital Principal, de que trata a Resolução CMN nº 4.955, em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de capital;
- Avaliação da adequação de capital; e
- Relatórios gerenciais tempestivos para o comitê CCRC.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, em 2024, os requerimentos mínimos para o Banco de PR, Nível I e Capital Principal correspondiam à 8%, 6% e 4,5% do montante do RWA, respectivamente, e um Adicional de Capital Principal correspondente à 2,5% do montante do RWA. Além disso, de acordo com a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, em 2024 o Finaxis também observou um requerimento de PR mantido para a cobertura do IRRBB correspondente à cerca de 1,05% do montante do RWA.

O Banco possui controles bastante eficazes para o monitoramento dos limites impostos pela regulamentação em vigor. Atualmente, o seu capital é totalmente composto pelo capital social de controladores e não controladores, ou seja, pelo Capital Principal.

Para o cumprimento dos objetivos do gerenciamento de capital, são estabelecidas diversas diretrizes que devem nortear os processos, e a estrutura de gerenciamento de capital deve prover à Alta Administração subsídios para a tomada de decisão.

Os dados abaixo demonstram a situação do Banco sobre os requerimentos mínimos de capital, em relação a dezembro de 2024 e ao período precedente.

	Dez-24	Dez-23
Valores em milhares - R\$		
Patrimônio de referência (PR)	21.418	20.732
Nível I	21.418	20.732
Capital principal	21.418	20.732
Capital complementar	-	-
Nível II	-	-
RWA (ativos ponderados pelo risco)	133.521	128.137
Crédito – RWACPAD	13.797	14.962
Mercado – RWAMPAD	-	-
Operacional – RWAOPAD	119.723	113.175
Índice de Basileia	16,04%	16,18%

Desta forma, observa-se o cumprimento do Banco aos requerimentos de capital previstos na regulamentação em vigor.

O descumprimento pode acarretar adoção de medidas prudenciais preventivas pelo BACEN, descritas na Resolução CMN nº 4.019, de 2011.

Remuneração do Capital

Em atendimento a Lei nº 6.407 de 15 de dezembro 1.976, a administração do Banco apresentará à assembleia-geral ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. O pagamento dos dividendos propostos será efetivado em até 60 dias da deliberação da AGO.

23. Eventos subsequentes

Em atendimento ao CPC 24 e a Resolução CMN 3.973/2011 – contabilização e divulgação de eventos subsequentes, a administração informa que no dia 27 de janeiro de 2025, foi identificado um evento envolvendo o débito indevido de R\$ 17.422 em contas de dois fundos custodiados no Banco Finaxis, por meio de transferências eletrônicas irregulares. Medidas imediatas foram adotadas, incluindo o bloqueio de novas operações, rastreamento dos valores e recuperação de R\$ 2.921 até o momento. O Banco Finaxis ressarciu prontamente os fundos pelo montante não recuperado e acionou sua apólice de seguros de forma ágil, estando o processo já em análise. Além disso, foram implementadas ações de reforço nos controles internos para mitigar riscos e prevenir novos eventos, e seguem em andamento aprimoramentos adicionais. Simultaneamente, investigações detalhadas estão sendo conduzidas com o apoio de autoridades e assessorias especializadas para apuração de responsabilidades e recuperação dos valores remanescentes.

24. Outros assuntos

Resolução CMN nº 4.966 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A Resolução nº 4.966 será aplicada de forma prospectiva em 1º de janeiro de 2025. Com a emissão da Resolução nº 5.019 que requer a elaboração e disponibilização ao BACEN até 31 de dezembro de 2024 do plano para a implementação, aprovado pela diretoria do Banco, o documento já foi elaborado e está à disposição do BACEN.

O Banco Finaxis S/A. realizou estudo técnico, onde foram avaliados na íntegra a Resolução 4966 e as políticas e procedimentos atualmente em vigor, identificando os seguintes GAPs no tratamento dos Instrumentos Financeiros:

Caixa e equivalentes de caixa

A classificação não está baseada na análise do modelo de negócio e na avaliação dos fluxos de caixa contratuais. Apesar das diferentes categorias apresentadas pela resolução 4.966/21, não é esperado divergências na mensuração desses ativos financeiros, dadas as características da operação.

Instrumentos Financeiros - Títulos e valores mobiliários

A classificação não está baseada na análise do modelo de negócio e na avaliação dos fluxos de caixa contratuais. Apesar das diferentes categorias apresentadas pela resolução 4.966/21, não é esperado divergências na mensuração desses ativos financeiros, dadas as características da operação.

Outros créditos – rendas a receber e diversos

No que diz respeito aos impactos de classificação e mensuração, apesar das diferentes categorias apresentadas pela resolução 4.966/21, não é esperado divergências na mensuração dessas rendas a receber, dado que o mesmo se enquadra no conceito de somente P&J e, portanto, deverá ser mensurado ao custo amortizado.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Dado que o rendas a receber do Banco não é caracterizado como uma operação de crédito, e a nova resolução não deixa claro a obrigatoriedade de adequação da perda esperada para esse tipo de ativo, não foi identificado discrepância possível ser aplicável para fins locais.

Depósitos e demais passivos financeiros

Não foi identificada diferenças de práticas entre a mensuração atual dos passivos financeiros e o que a nova norma estabelece. Para a forma de classificação, o Banco deverá alterar e ajustar para custo amortizado.

25. Resultado recorrente e não recorrente

Em atendimento a resolução BCB n.º 2 de 12 agosto de 2020 Art. 34, a administração informa que durante o exercício de 2023 e 2024 todos resultados apurados trata-se de resultados recorrentes.

* * *